



Programas e Projetos Institucionais - CNJ

Programa e Projetos em execução - atualizado em 30/05/2019

Processo SEI	Programa/ Projeto	Objetivo	Unidade Responsável	Gerente do Projeto
09646/2016	Projeto Audiência de Custódia – CNJ e Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Implementar a “audiência de custódia ou de apresentação” perante o Poder Judiciário do Estado do Piauí.	Presidência	Juiz Luís Geraldo Sant’ana Lanfredi
10867/2018	Seminários Justiça Pesquisa	Disseminar informações e conhecimentos por meio de seminário, considerando análises e diagnósticos dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário pesquisados pela entidade contratada no âmbito da 3ª Edição da Série Justiça Pesquisa, em conformidade com artigo 37 do Regimento Interno do CNJ.	DPJ	Danielly dos Santos Queirós
12590/2018	Programa - Tratamento adequado aos conflitos de interesse	Desenvolver ações que visem o adequado tratamento de solução de conflitos de interesse nos seguintes temas.	Gab. Conselheira Maria Daldice Santana	Márcio Mendes Soares
12934/2018	Benefícios Previdenciários por incapacidade	Estabelecer parcerias com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Procuradoria Geral Federal (PGF) com fito de uniformização do tratamento da demanda; Estimular a atuação coordenada do Poder Judiciário por meio da operacionalização de rede nacional. Propor padronização de quesitos periciais, mediante formulário específico; Oferecer capacitação a peritos médicos; Estimular capacitação dos magistrados estaduais na matéria previdenciária.	Gab. Conselheira Maria Daldice Santana	Antonio Ferreira de Melo Filho
04083/2015	Mapeamento das competências do Conselho Nacional de Justiça	1. Mapear as competências de todas as unidades do CNJ até 2018; 2. Capacitar equipe do CNJ na condução do processo de mapeamento e diagnóstico de competências; 3. Elaboração do Plano Anual de Capacitação do CNJ, baseado na Gestão por Competências.	SGP/SEP	Raquel Wanderley da Cunha
12612/2016	Desenho do Processo de Trabalho e da Documentação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos	Registrar todos os atos relacionados à Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses instituída pela Resolução n. 125/2010.	Gab. Conselheira Maria Daldice Santana	

07073/2018	Desenvolvimento da "Plataforma de Editais"	Implantar sistema que viabilize o cumprimento do que estabelece o Código de Processo Civil no art. 257, inciso II.		
02094/2018	Capacitação para uso do Sistema de Mediação Digital 2.0	Economizar tempo, pois o sistema permite que as partes troquem mensagens diretamente por meio de computadores, smartphones ou outros equipamentos com acesso à internet; Reduzir custos financeiros; Reduzir a propositura de novas ações judiciais; Possibilitar a solução das demandas judicializadas e das pré-processuais.	Gab. Cons. Márcio Schiefler	
12157/2018	Curso de Formação para servidores do Judiciário	Capacitar os servidores ingressantes nos diferentes órgãos do Poder Judiciário nos temas abaixo: Estruturação e atribuições do Poder Judiciário.	CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira
13164/2018	Caminhos de Liberdade: Programa Nacional de Atenção à População Egressa do Sistema Prisional.	Estruturar serviços de atendimento às pessoas egressas do sistema penal que permitam o acesso às políticas públicas disponíveis, contribuindo, assim, para a garantia de direitos e redução da reincidência criminal.	DMF	Ane Ferrari Ramos Cajado
13063/2018	Mutirões Carcerários	Reduzir o quadro de superlotação e superpopulação prisional e garantir os direitos fundamentais da pessoa presa, por meio de célere avaliação de processos jurisdicionais relacionados a pessoas custodiadas pelo Estado, buscando reverter o quadro de inconstitucionalidade de coisas que apresenta o sistema penitenciário nacional.	DMF	Felipe de Brito Beluco
13055/2018	Redução da Superlotação e Superpopulação Carcerária: Centrais de Vagas, Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica	Qualificar a utilização de alternativas penais e da monitoração eletrônica por meio da implantação de política judiciária consistente com foco na redução da superlotação e superpopulação prisional.	Juizes auxiliares da res	Renata C. Laurino
13042/2018	Curso de Admissibilidade Recursal	capacitar os servidores no que diz respeito aos cuidados necessários na análise dos requisitos legais, constitucionais e jurisprudenciais de admissibilidade dos recursos excepcionais, com o propósito de se obstar o encaminhamento de recursos inviáveis às instâncias superiores, evitando, assim, comprometimento da capacidade de funcionamento dos tribunais.	CEAJUD	Fábio Lopes Fernandes
12693/2018	Poupança – Planos Econômicos	Estimular a adoção de mecanismo adequado à solução consensual das ações individuais e coletivas que tratam dos expurgos inflacionários incidentes sobre as contas de poupança em trâmite nos segmentos de Justiça Federal e Estadual.	Gab. Conselheira Daldice Santana / SEP	Márcio Mendes Soares

11876/2018	Aprimoramento do Projeto Replicação Nacional	Atender a Resolução CNJ nº 76/2009; Aprimorar o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ); Melhorar a qualidade e a performance da base replicação nacional; Racionalização de sistemas e de formas de coletas de dados; Incremento da possibilidade analítica e dos diagnósticos sobre o poder judiciário; Dar maior transparência aos dados do poder judiciário.	DPJ	Igor Guimarães Pedreira
13173/2018	Penas inteligentes	Expandir a utilização do SEEU para todos os Tribunais do país, nos termos da Resolução CNJ nº 223/2016 e consolidá-lo como ferramenta informatizada de execução penal de caráter nacional.	DMF	Túlio Roberto de Moraes Dantas
05179/2015	Sistema Eletrônico de Execução Unificado	A construção de um Sistema Eletrônico de Execução Unificado implica o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica que permita compor um conjunto de rotinas bastantes para consubstanciar um processo eletrônico de execução penal, observados os seguintes requisitos principais.	Presidência	
10574/2017	Banco Nacional de Mandados de Prisão Versão 2.0	Evolução do BNMP com o fito de possuímos um efetivo controle sobre o quantitativo de réus presos provisórios e definitivos, decorrentes de decisões do Poder Judiciário de todo o país. O sistema deve apresentar o panorama geral, propiciando relatórios gerenciais confiáveis e ferramentas para possibilitar a complementação dos dados cuja informação cabe às Secretarias de Segurança, de Justiça e de Administração Penitenciária.	DTI / DMF	Francisco Gonçalves de Araújo Filho
13830/2018	Curso de Direito Previdenciário: benefícios acidentários e demandas da competência delegada.	Capacitar magistrados e servidores aprimorando as competências para o desempenho das atividades jurisdicionais de magistrados e servidores envolvidos com as demandas judiciais de natureza previdenciária; desenvolver assuntos relacionados a atuação do magistrado na jurisdição de direitos fundamentais de proteção social, refletir sobre a práxis judicial humanista no contexto da seguridade social e identificar a necessidade de aplicação justa e equânime do direito previdenciário.	SEP	Fábio Lopes Fernandes Ramos
07521/2015	Projeto de Diagnóstico para Eficiência no Poder Judiciário	Investigar e identificar situações problemáticas que contribuem para o baixo nível de produtividade dos tribunais envolvidos, possibilitando estudos com vistas à sugestões, por parte do CNJ, de ações que visem melhorias no desempenho da atividade judiciária.	Gab. Vaga de Advogado Indicado pelo Conselho da OAB	Jordana

13438/2018	Tradução e publicação da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativa aos anos de 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019	Estender a disseminação da jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos através da publicação das decisões da Corte Interamericana nos anos de 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 na língua portuguesa, a fim de atualizar, até o final da gestão do Ministro Antônio Dias Toffoli, esse importante material de capacitação dos juizes brasileiros e intercâmbio de boas práticas nas Américas.	DMF	Renata C. Laurino
13435/2018	Documentação civil das pessoas presas com uso da biometria	assegurar a documentação civil das pessoas privadas de liberdade, com uso da identificação biométrica.	Juiz Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi	Gabriele de Angelis de. S. P. Mendes
14479/2018	Curso Eixos do Selo Justiça em Números	Capacitar os magistrados e servidores responsáveis pela prestação das informações para o Selo Justiça em Números, nos novos eixos e requisitos para a concessão do Selo aos Tribunais de todos os ramos de Justiça do Brasil.	SEP/CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira
00660/2019	Curso de Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade.	Disponibilizar conhecimentos relevantes e necessários aos servidores, contribuindo para melhoria dos serviços ofertados à sociedade. O curso tem por objetivo capacitar magistrados e servidores promovendo a formação que possa orientar ações de comunicação e de divulgação interna e externa, nas unidades judiciárias do país, que contribuam para a formação de uma cultura de respeito à diversidade	CEAJUD/SEP	Danilo Mendes Guimarães/Diogo A. Ferreira
14557/2018	1º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário	Discussão de resultados e dados constantes das informações prestadas pelos Tribunais em respostas ao pedido realizado ; Obter sugestões de melhoria para a condução dos Comitês estaduais; Permitir que os diversos Tribunais tenham conhecimento de ações na área da saúde, especialmente quanto à autogestão, realizadas por outros Tribunais. Produzir um ambiente de compartilhamento de melhores práticas na área da atenção à saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, para fins de melhoria dos trabalhos desenvolvidos em todo o Brasil.	Gab. Conselheiro Valtércio	Aderruan Rodrigues Tavares
14037/2018	Produção de conteúdo para o curso de Depoimento Especial – Módulo de Entrevistador Forense	Contribuir para o desenvolvimento de competências relacionadas ao direito da infância e depoimento especial; Contribuir para o alcance das metas de capacitação; Motivar os servidores do Poder Judiciário; Contribuir para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.	CEAJUD	Fábio bio Lopes Fernandes
14083/2018	Curso de Perícia Médica Judicial - Elaboração de conteúdo	Promover a capacitação em perícia médica judicial por meio do compartilhamento de procedimentos e boas práticas de profissionais médicos com bastante experiência na realização de perícias	CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira

00950/2019	A Mulher Juíza. Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero.	Discutir, com todos os ramos do Poder Judiciário, cenários de gênero, em especial a questão de temas relacionados à carreira das magistradas, para que se possa desenvolver estratégias para aperfeiçoamento institucional, nos termos da Resolução CNJ 255, de 4 de setembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Abordar a inovação instituída por meio da Portaria CNJ 133, de 28 de setembro de 2018, que insere na agenda do Judiciário a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, em especial a ODS 5 que trata de igualdade de gênero. Apresentar o resultado da pesquisa "Cenários de Gênero" no âmbito do Poder Judiciário, realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.	Ga. Conselheira Maria Iracema Martins do Vale	Flávia Moreira Guimarães Pessoa
00909/2019	III Jornada de saúde /18 e 19 de março	Identificar e compilar interpretações já consolidadas sobre a matéria; Auxiliar a comunidade jurídica na interpretação de questões não pacificadas no âmbito doutrinário e jurisprudencial de forma pedagógica.	Gab. Conselheiro Arnaldo Hossepian Jr	Márcio Bruno dos Reis Diniz
00479/2019	Seminário Políticas Judiciárias e Segurança Pública	Obter diagnósticos e propostas de criação e aprimoramento das políticas judiciárias relacionadas à temática da Segurança Pública visando a obtenção de maior eficiência no planejamento institucional e nas decisões judiciais. Identificar possibilidades de cooperação com órgãos do Poder Executivo.	SEP	Ricardo Paz de Lima Araújo
02609/2019	Revista CNJ, v. 3 - Poder Judiciário: eficiência, transparência e responsabilidade.	Hospedagem da Revista CNJ no SEER; Editoração e Publicação da Revista CNJ.	DPJ	Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
21258/2018	II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário	Promover espaço para atuação da Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário; Fortalecer a comunicação e a troca de experiências entre as áreas de gestão de pessoas de todo o Poder Judiciário; Conhecer as principais dificuldades, ações e projetos das áreas de gestão de pessoas; Disseminar conhecimentos e possibilidades de atuação na área; Identificar e premiar práticas bem sucedidas em gestão de pessoas. A participação de conselheiros, magistrados e servidores do Conselho Nacional de Justiça, que atuam como membros e assistentes do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, no Curso de Capacitação em Negociação em Causas Complexas, ministrado pelo Professor Yan Igor Pierre G. Duzert (PhD e um dos maiores experts mundiais em negociações ambientais, com pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology para Gestão de Conflitos na área ambiental).	SGP	Lílian Brito Bertoldi Garcia
02782/2019	Curso de Capacitação em Negociação em Causas Complexas	A participação de conselheiros, magistrados e servidores do Conselho Nacional de Justiça, que atuam como membros e assistentes do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, no Curso de Capacitação em Negociação em Causas Complexas, ministrado pelo Professor Yan Igor Pierre G. Duzert (PhD e um dos maiores experts mundiais em negociações ambientais, com pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology para Gestão de Conflitos na área ambiental).	SEP	Francisco Gonçalves de Araújo Filho
01316/2019	Seminário - Os Juízes e as mídias sociais	Comissão de eficiência operacional e gestão de pessoas pretende, com o evento, promover uma discussão sobre o tema tanto no âmbito disciplinar quanto no âmbito das escolas da magistratura, de modo que, ao final do evento, seja possível produzir um documento com orientações que darão ensejo à normatização do tema para a Magistratura Nacional.	Presidência	Inês da Fonseca Porto

03036/2019	Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial	Capacitação de 24 (vinte e quatro) mediadores judiciais certificados e em exercício há, pelo menos 2 (dois) anos, para o exercício da função de instrutor de mediação judicial e/ou de conciliação, segundo o microssistema jurídico vigente, ressalvada a competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Ensino da metodologia voltada ao desenvolvimento pedagógico dos cursos de formação. Cumprimento das atribuições do Conselho Nacional de Justiça quanto ao desenvolvimento da Política Pública instituída pela Resolução n. 125/2010, sobretudo quanto à capacitação dos atores envolvidos na disseminação da cultura da pacificação social. implementar e ampliar os conhecimentos inerentes à utilização das	Daldice Maria Santana de Almeida	Shirley Catani Mariani
07997/2016 - 02378/2019	Implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Execução Unificado perante o TJES, possibilitando o uso em escala da ferramenta tecnológica elo CNJ. Organizar, desenhar e detalhar u plano de implantaçã, a programação de abrangência e todaa metodologia de expansão do SEEU no TJES.	Presidência/DMF	Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi
02107/2019	Capacitação de desenvolvedores para o PJE 2.1	Trazer mais segurança para os desenvolvedores desempenharem suas tarefas, sejam elas de melhoria ou correção de código, em seus respectivos tribunais de origem. Com as equipes devidamente capacitadas, o PJE passa a ter uma possibilidade maior de atender as demandas dos usuários finais, em razão da possibilidade de codificação de melhorias ou novas funcionalidades pelas equipes dos tribunais que se encontram mais próximas dos demandantes e, por conseguinte, tendem a compreender com mais facilidade as necessidades dos usuários locais.	CEAJUD/DTI	Antonio Augusto Silva Martins
02998/2019	Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário	Ampliar a gestão do conhecimento no âmbito do Poder Judiciário, possibilitando a disseminação de iniciativas/projetos em busca da melhoria da prestação jurisdicional; contemplar práticas de diferentes temáticas em um só lugar, beneficiando também o usuário externo ao CNJ. O CNJ se beneficiará por adotar um procedimento padrão quando do levantamento e identificação de boas práticas e o gerenciamento dessas práticas no mesmo local. Adicionalmente, contemplará as normas do Conselho que preveem criação de bancos de práticas;cadastrar práticas de diferentes eixos temáticos, facilitará o trabalho dos pesquisadores por oferecer a busca e o acesso a práticas em um único local.	SEP/DGE	Marcos Vinícius Campos

03466/2019	Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	Capacitação de 20 (vinte) mediadores judiciais certificados e em exercício há, pelo menos 2 (dois) anos, para o exercício da função de instrutor de mediação judicial e/ou de conciliação, segundo o microsistema jurídico vigente, ressalvada a competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Ensino da metodologia voltada ao desenvolvimento pedagógico dos cursos de formação, Cumprimento das atribuições do Conselho Nacional de Justiça quanto ao desenvolvimento da Política Pública instituída pela Resolução n. 125/2010, sobretudo quanto à capacitação dos atores envolvidos na disseminação da cultura da pacificação social.	Gab. Cons. Daldice Maria Santana de Almeida	Shirley Catani Mariani
01342/2019	PJe 2020	Desenvolver sistema tecnologicamente atualizado, modularizado, integrado a ferramentas de inteligência artificial e plenamente adequado às necessidades dos usuários, até julho de 2020.	Presidência	Antônio Augusto Silva Martins
14565/2018	Curso Improbidade Administrativa	Capacitar servidores do Poder Judiciário e permitir que eles compreendam o cenário de construção da improbidade administrativa, identifiquem situações que incorram em improbidade administrativa, descrevam as sanções e identifiquem as fases dos processos administrativos e judiciais.	SEP/CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira
03804/2019	2º Encontro das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	Realizar o 2º Encontro com a finalidade de Monitorar o Cumprimento da Resolução CNJ 254/2018 e apresentar às Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar a atuação do CNJ no tocante à implementação do Formulário FRIDA.	Presidencia/Gab . Daldice Santana de Almeida	Shirley Catani
04394/2019	1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário - ENPJ	Analisar a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Apresentação dos Resultados das Metas Nacionais 2018 e do Relatório de Avaliação da Execução das Metas Nacionais 2018); esclarecer e debater aspectos do Glossário de Metas Nacionais 2019; promover diálogos institucionais e estimular reflexões sobre temas estratégicos para formulação das Metas Nacionais 2020; apresentar a portaria da nova premiação de qualidade do Poder Judiciário.	Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica	Fabiana Gomes
03250/2019	X Prêmio Conciliar é Legal (edição 2019)	De acordo com o artigo 2º do regulamento do prêmio, os objetivos são: - estimular, identificar, premiar e disseminar a realização de ações de modernização, no âmbito do Poder Judiciário, que colaborem para a aproximação das partes, sua efetiva pacificação e o consequente aprimoramento da Justiça; - dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para maior mobilização nacional em favor da conciliação e da mediação; - contribuir para a imagem de uma Justiça sensível, pacificadora e eficiente junto à opinião pública em geral.	Gab. Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida	Shirley Catani Mariani

04654/2019	Curso do Sistema Auditar	Essa proposta de capacitação tem por objetivo disponibilizar conhecimentos relevantes e necessários aos servidores para que sejam capazes de operar o sistema com eficiência de forma a compreender o ciclo de auditoria e os benefícios da utilização do Sistema Auditar. O curso tem por objetivo capacitar os servidores responsáveis por operacionalizar o Sistema Auditar num ciclo de auditoria promovendo ganho de efetividade e eficiência nos processos internos do Poder Judiciário.	Secretaria de Auditoria	Diogo Albuquerque Ferreira
04286/2019	III Encontro da Rede Nacional de Cooperação	Fortalecimento da Rede Nacional de Cooperação Judiciária; apresentação de boas práticas e ações do CNJ; discussão sobre dificuldades para funcionamento da Rede e busca conjunta de soluções pelos integrantes.	SEP	Larissa Garrido Benetti Segura
04585/2019	1º Seminário sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa	Discussão de resultados e dados constantes das informações prestadas pelos Tribunais em respostas ao pedido realizado; Obter sugestões de melhoria para a condução dos Comitês estaduais; Permitir que os diversos Tribunais tenham conhecimento de medidas, ações e projetos na área da Justiça Restaurativa realizadas pelos Tribunais; Produzir um ambiente de compartilhamento de melhores práticas na área da Justiça Restaurativa, para fins de melhoria dos trabalhos desenvolvidos em todo o Brasil.	Gab. Cons. Valtércio de Oliveira	Aderruan Rodrigues Tavares
04676/2019	Lançamento do Portal do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.	Pretende-se com a iniciativa identificar e gerir com rapidez e transparência os assuntos relacionados ao objeto do Observatório, notadamente, as informações processuais sobre os casos de grande repercussão social e de alta complexidade, destacando-se o estímulo à celeridade do Sistema de Justiça na resolução de casos complexos e de grande impacto.	SEP	Ricardo Paz de Lima Araújo
04746/2019	Workshop de Desenvolvimento Colaborativo de Modelos de Inteligência Artificial - Uma abordagem com uso do SINAPSES	Treinar equipes de pesquisa para desenvolvimento de modelos de inteligência artificial fazendo uso do ambiente de orquestração do sistema SINAPSES.	Presidência	Mikaell B. de Araújo
05437/2019	Seminário Tribunal do Júri: Gestão Processual Otimização Julgamentos e Efetividade Judicial	Pretende-se com a iniciativa a demonstração de experiências e apresentação de propostas para os juízes, oferecendo ideias para o aprimoramento do Sistema de Justiça tendo por enfoque o tribunal do júri	SEP	Ricardo Paz de Lima Araújo
05271/2019	II Workshop de Estatística do Poder Judiciário	Reunir as unidades responsáveis por produzir estatísticas do Poder Judiciário para tratar de temas relevantes e promover espaço para discussões e apresentação de soluções e inovações no setor.	SEP	Igor Guimarães Pedreira
04935/2019	Criação da Biblioteca Digital do CNJ	Definir as estratégias de organização da Biblioteca; - Definir política de desenvolvimento inicial da coleção; - Definir software de gerenciamento da Biblioteca Digital; Realizar levantamento, tratamento e organização das informações produzidas no CNJ e inclusão em software para disponibilização e acesso. - Realizar levantamento de conteúdo jurídico e de áreas do conhecimento relativas à atuação do CNJ, que sejam gratuitos e de qualidade.	SEP	Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

04720/2019	Seminário "Caminhos para o consenso", a realizar-se no dia 31/05/2019, em São Paulo	Objetivo geral: aplicar a política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos de interesses, empregando os meios consensuais nela previstos, adotando ações eficientes, realizando capacitação dos conciliadores e mediadores, contribuindo, por consequência, com a mudança do paradigma da cultura da sentença, a qual refletirá em mais eficiência na prestação jurisdicional.	Gab. Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida	Shirley Catani Mariani
05856/2019	Workshop "Mineração de processos na otimização dos fluxos da execução fiscal"	Coletar dados para análise e proposição de fluxo processual de Execução Fiscal otimizado a ser automatizado no PJE.	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça	Antônio Ferreira de Melo Filho
05984/2017	Curso Admissibilidade Recursal	Essa proposta de capacitação tem por objetivo disponibilizar conhecimentos relevantes e necessários aos servidores, contribuindo para melhoria dos serviços ofertados à sociedade. O curso tem por objetivo capacitar os servidores no que diz respeito aos cuidados necessários na análise dos requisitos legais, constitucionais e jurisprudenciais de admissibilidade dos recursos excepcionais, com o propósito de se obstar o encaminhamento de recursos inviáveis às instâncias superiores, evitando, assim, comprometimento da capacidade de funcionamento dos tribunais. No mais, o curso propõe desenvolver habilidades necessárias para a análise dos fundamentos dos recursos especial e extraordinário, bem como compreender a metodologia decisória dos tribunais superiores, a partir da análise dos regimentos internos, questões de ordens e da	CEAJUD	Diogo Albuquerque Ferreira
05895/2019	Mesa Redonda "Diálogos Brasil-Austrália: prevenção à violência doméstica", a realizar-se em 22/05/2019, no STF	- conhecimento de medidas, ações e projetos na área do combate à violência doméstica praticados na Austrália, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos no Brasil; - proporcionar a identificação de ferramentas para auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo grupos mais vulneráveis como mulheres indígenas e imigrantes; - impulsionar a adoção de ações em favor da igualdade de gênero em todo o setor público e privado.D70 Público-alvo: magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, psicólogos, assistentes sociais e público em geral.	Gab. Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida	Shirley Catani Mariani
05942/2019	Forum Nacional de Corregedores	Divulgar a gestão eficiente e o planejamento das normas e sistemas a serem utilizados nos trabalhos de gestão, orientação, produtividade, postura, disciplina e reconhecimento das unidades judiciárias em todo o Brasil. Compete ao Fórum promover o intercâmbio e cooperação entre as Corregedorias, facilitar o compartilhamento de informações e experiências, manter a unidade dos procedimentos nos diversos ramos da Justiça e propor ao Corregedor Nacional de Justiça as medidas pertinentes ao aprimoramento dos segmentos da Justiça.	Corregedoria Nacional da Justiça Nacional	Suamita Avelino Cardoso Maraués
06324/2019	Audiência Pública sobre a Resolução n. 75/2009	Colher elementos de discussão sobre a Resolução CNJ n. 75, que dispõe sobre concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.	Gab. Cons. Aloysio Corrêa da Veiga	Inês da Fonseca Porto

06303/2019	Seminário " Dívida ativa dos Conselhos Proffionais"	Avaliação/debater a adoção preponderante e mais sitemática de medidas extrajudiciais de cobrança da dívida ativa dos Conselhos Profissionais,	SEP	Anônio Ferreira de Melo Filho
06270/2019	1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário		Gab. Cons. Conselheira Maria Tereza Uille Gomes	Paula Ferro Costa de Sousa